

Simonsen acha difícil conseguir uma redução

Da sucursal do
RIO

O ex-ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen mostrou-se, ontem, cético quanto às possibilidades de as medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional representarem uma significativa redução das taxas de juros, afirmando que "todas elas caminham na direção da baixa dos juros; agora, se vão surtir efeito, é uma outra conversa".

Segundo disse Simonsen, no Rio, o preço do dinheiro obedece às condições de mercado e fica muito difícil para o governo reduzir as taxas de juros de maneira artificial, quando a economia apresenta variáveis que apontam justamente para o lado oposto, como o limite quantitativo do crédito, o IOF, uma lei salarial inflacionária e uma política monetária restritiva combinada com minidesvalorizações aceleradas.

Nesse panorama adverso, o ex-ministro do Planejamento acha que, para se obter uma redução significativa da taxa de juros, o governo teria de fazer menos despesas públicas, mudar a lei salarial, reduzir bem mais o IOF e acabar com os limites quantitativos do crédito.

Simonsen destacou que não é o problema da dívida interna o grande obstáculo para se reduzir as atuais taxas de juros internas, mas sim a estratégia econômica global do governo e os compromissos assumidos com o Fundo Monetário Internacional.

Mas, de qualquer forma, considerou que uma taxa de juros reais acima de 40% ao ano, por uma temporada muito longa, pode trazer distorções muito graves à economia, inibindo os investimentos e aumentando a insolvência. A seu ver, medidas imperativas como baixar os juros por decreto, tabelar ou mexer no diferencial do *overnight* são inúteis, porque as forças do mercado vão desconhecê-las. Ele acha essencial que o governo restabeleça a competição entre os bancos, acabando com o limite quantitativo do crédito, que praticamente "cartelizou" o mercado do dinheiro.

Simonsen criticou, também, as propostas de fixação de um câmbio duplo e desatrelamento das taxas de juros internas das vigentes no mercado internacional. Em sua opinião, o grande problema do câmbio duplo é o desestímulo que ele traz aos investimentos estrangeiros diretos. Por outro lado, este tipo de medida, no caso da maxidesvalorização, exigiria um subsídio aos antigos devedores em moeda estrangeira e a questão central é saber de onde viria o dinheiro para esse subsídio, lembrou.

Quanto à hipótese de desatrelamento das taxas de juros internas das do mercado internacional, o ex-ministro observou que isso não traria desestímulo à captação de recursos externos, porque o Banco Central centralizou a captação desses créditos. Entretanto, observou que o maior problema de uma medida des-

sa natureza, para o governo, seriam os efeitos nocivos à balança comercial, pois ela estimularia a postergação das exportações e a antecipação das importações.

DECISÕES. INCOERENTES

Por sua vez, o professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, Antônio Carlos Porto Gonçalves, afirmou ontem no Rio, que as medidas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional são tão incoerentes em termos de uma política econômica equilibrada que exigirão uma parafernália de outras medidas corretivas, até o ponto em que será necessária uma reconstrução da economia nacional, como se fez na Alemanha do pós-guerra.

A observação de Porto Gonçalves deve-se à anunciada decisão do governo de praticamente prefixar as taxas do *overnight*, controlando-as pela expansão da liquidez, injetando dinheiro quando elas se mostrarem altas para reduzi-las. Ele explicou que o governo já encontra sérias dificuldades para rolar a dívida pública interna e que uma medida dessa natureza impossibilitará o controle monetário exigido pelo Fundo Monetário Internacional.

Porto Gonçalves criticou, também, a decisão do governo de alterar a fórmula de emissão das ORTN com cláusula cambial, afirmando que "o governo não teve o mínimo cuidado com o lucro que dará aos operadores do mercado (distribuidoras e corretoras) que carregaram suas carteiras em ORTN com as antigas vantagens cambiais". De acordo com o economista, ao mudar as regras das novas ORTN em plena crise cambial, o governo vai sobrevalorizar as ORTN de emissão antiga, fazendo com que seus afortunados possuidores tenham um lucro imenso.

A seu ver, "isso mostra a descon-tinuidade de política econômica, o descontrole governamental que está fazendo fortunas incalculáveis, num triste episódio de distribuição de renda perversa". Segundo Porto Gonçalves, o patamar mínimo de juros internos, hoje, começa em 40%, que é o nível para o devedor de primeira categoria. Desse piso, as taxas evoluem até 55% de juros reais ao ano. A redução que o governo poderia pretender ficaria no piso de 20 a 21% de juros reais ao ano, porque não poderia ser inferior à soma dos juros externos, de 8% mais a correção cambial prefixada de 12,7%, acima da correção monetária, acrescentou o economista.

Sua receita para uma redução dos juros internos envolveria a extinção dos limites quantitativos do crédito, que eliminaram a competição bancária, e a redução do IOF, basicamente um imposto contra o crescimento econômico, porque inibe os investimentos e favorece a insolvência. Outra medida essencial para a redução dos juros, no entender de Porto Gonçalves, seria o governo rever sua política cambial e aplicar uma maxidesvalorização. As medidas aprovadas pelo Conselho Monetário foram consideradas como "cosméticas" e a redução do limite quantitativo do crédito tão pequena que dificilmente terá impacto no sentido de baixar os juros, disse o economista da FGV.